

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.560 - RO (2020/0249609-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **CLAUDEMIR BARBOSA DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **MILTON FUGIWARA - RO001194**  
                  **JULIANO MOREIRA DE SOUSA MINARI - RO007608**  
**AGRAVADO** : **BANCO PAN S.A.**  
**ADVOGADO** : **EDUARDO CHALFIN - RO007520**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por CLAUDEMIR BARBOSA DOS SANTOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, apresentado por CLAUDEMIR BARBOSA DOS SANTOS, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, assim resumido:

APELAÇÃO AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CESSÃO DE CRÉDITO NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR CARTÃO DE CRÉDITO CONTRATADO RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 489, § 1º, incisos IV e VI, e 1.022, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do CPC, no que concerne à existência de negativa de prestação jurisdicional.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 4º, inciso I, do CDC, e 373, § 1º, do CPC, no que concerne à necessidade de inversão do ônus da prova, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Deve-se ressaltar que in casu mostra-se erros in judicando e in procedendo na análise do ônus da prova e sua reavaliação ou nova valoração. A prima facie deve-se ressaltar, que a relação entre as partes é de consumo, conforme determina os arts. 2º e 3º, do CDC, in verbis: [...] (fls. 257).

Da mesma forma, verifica-se a violação do § 1º, do art. 373, do CPC, uma vez que in casu existe à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput do artigo, bem como a maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário do recorrido, por ser ele o possuidor e detentor dos documentos da relação que alega ter gerado o débito fustigado, in verbis: [...] (fls. 258).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 429, inciso II, do CPC, sob o fundamento de que o embargado não se desincumbiu de seu

ônus da prova, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ultrapassado esses fatos, na impugnação a contestação, como no recurso de apelação, demonstrou-se à saciedade que os documentos j. pelo embargado são UNILATERAIS, sem que houvesse qualquer tipo de prova (legal), que demonstrasse a contratação dos serviços de cartão de crédito, seu uso, desbloqueio do cartão, NADA, somente alegações e provas ilegais. Ora, não apresentaram o contrato assinado pelo embargante, não trouxeram provas documentais (físicas), não demonstraram a utilização dos serviços de cartão de crédito, NADA. Alegam, que devido a cessão de crédito, nem cedente nem cessionário possuem contrato. Ora, incorrem na violação do inciso II, do art. 429, do CPC, in verbis: [...] (fl. 260).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; REsp n. 1.838.279/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019; e REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.

Ademais, quanto ao art. 489, § 1º, inciso II, do Código de Processo Civil, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o

indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. In casu, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo – Súmula n. 211 – STJ”. (AgRg nos EREsp 1138634/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, Corte Especial, DJe de 19/10/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019; e AgRg no AREsp 1.647.409/SC, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1º/7/2020.

Quanto à terceira controvérsia, incidem novamente os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. In casu, o art. 17, do

# *Superior Tribunal de Justiça*

Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente